



EDITORIAL v.7 nº15, 2015

DIREITOS HUMANOS E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Dois eventos técnico-científicos marcantes aproximam-se: o I Encontro Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental, de 04 a 06 de junho, em João Pessoa – PB e o XI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, promovido pela Abrasco, o Abrascão, de 28 de julho a 02 de agosto em Goiânia –GO. A organização de ambos os eventos tem se pautado por preocupações que ora permeiam o campo da saúde. O primeiro centra-se nos Direitos Humanos das pessoas identificadas como portadoras de transtornos mentais, mas também com os Direitos Humanos em geral e suas consequências para o processo de amadurecimento das Reformas do campo de saúde, particularmente a Reforma Psiquiátrica. O segundo é tradicionalmente um dispositivo de grandes discussões políticas e ideológicas, cujas metas incluem a promoção de uma discussão pública dos principais problemas político-sociais que afetam diretamente a dimensão da Saúde Coletiva. Ambos são pauta obrigatória para os profissionais da saúde, acadêmicos e pessoas ligadas à construção do sistema de saúde, mas também dos usuários do sistema de saúde, seus familiares, membros do controle social e comunidade em geral.

A realização destes dois eventos vem a calhar em um momento difícil que o país vem atravessando, marcado por um enorme avanço no que se refere ao direito dos cidadãos à informação e, como consequência, o acesso a informações que não param de nos surpreender. Este fluxo de informação, ora promovido em todos os níveis da sociedade, ora cerceados por poderes constituído ou, por interesses escusos, é uma nova característica na sociedade mundial. O cidadão que antes dependia de um complexo midiático industrial para obter informações e para processá-las de forma

articulada, hoje produz informação através de ferramentas materiais, como *smart phones*, sistemas de envio de dados e redes sociais. As grandes empresas jornalísticas e os conglomerados econômicos perderam, com isso, o monopólio da informação e o cidadão passou a ter assegurado um direito com o qual tem sonhado por séculos, que passa pela liberdade de expressão e comunicação.

Este é apenas um exemplo dos diversos direitos que estarão em debate em João Pessoa e em Goiânia. A informação e a comunicação expressa disseminam ideias, formulam ações, e trazem à tona situações que nos incomodam em nosso atual estágio civilizatório. Não há mais como esconder as condições desumanas de nossos ainda existentes manicômios, como mostrado recentemente em Sorocaba, mas presentes ainda em todo o país. Não há como esconder as condições subhumanas de nossas prisões. Não há como esconder as ações genocídicas de parte de nosso aparato policial, que mata, oprime e violenta em todos os rincões do país. Cabe à comunidade científica desvelar como, em um nível mais profundo, estas condições de pessoas internadas em manicômios, presos e cidadãos assassinados diariamente pelo aparato repressivo do Estado em nossas cidades vai afetar o tecido social como um todo. E como, particularmente, isto afeta o desenvolvimento do país.

Para além destes direitos mais obviamente desrespeitados, um contingente de outros assuntos mostram o desrespeito completo à cidadania, à democracia e à dignidade humana, e que têm necessidade de serem mais e melhor conhecidos. A medicalização da infância e a manipulação de profissionais de educação e de saúde para sustentar práticas medicalizadoras fomentadas pela indústria farmacêutica; a tentativa de negar informação aos consumidores de produtos transgênicos; a co-optação da comunidade científica pelas indústrias que atuam em diversos campos, da nutrição à educação física, da medicina ao direito, através de patrocínios em congressos, financiamento de pesquisas, promoção de debates *quase* clandestinos; a produção de elementos biológicos artificiais por empresas cujo objetivo de lucro supera o objetivo central e constitucional de voltar-se, primordialmente, para a saúde e o bem-estar do cidadão. Tudo isso muitas vezes protegido pela incompetência, condescendência, cumplicidade ou corrupção de agentes governamentais e da iniciativa privada.

Estas discussões estão pautadas nos programas destes dois encontros. Nossa revista estará presente também em ambos os encontros, como dispositivo técnico-científico que se propõe como ator social em uma perspectiva de avanço do conhecimento e de sustentação de luta por um

sistema de saúde mais efetivo, mais eficiente, mais eficaz e mais justo. Estaremos presentes não só acompanhando as discussões, trazendo contribuições destes encontros para nossa publicação, mas também em encontros de nossos pareceristas, conselheiros editoriais, editores e outros colaboradores. Estes encontros são históricos e nossa presença prende-se a um compromisso do veículo acadêmico com a indissociabilidade que marca a Universidade brasileira, entre ensino, extensão e pesquisa. Com este espírito, convidamos nossos leitores a tomarem parte integral nestes eventos e a publicarem suas contribuições que dele podem emanar, que eles podem inspirar, que eles podem promover.

Walter Ferreira de Oliveira
Editor científico
CBSM